

política

Editora: Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br

STF julgará recursos contra decisão sobre big techs dia 10

Em junho de 2025, tribunal considerou parte do marco inconstitucional

/ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, marcou para o dia 10 de junho o julgamento de nove recursos contra decisão que ampliou a responsabilidade de plataformas digitais por conteúdos ilícitos publicados pelos usuários. Fachin pautou para o mesmo dia o julgamento de ação da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (Abrint) que pede a validação do trecho do Marco Civil da Internet que condiciona o acesso a dados de registro de conexão a uma decisão judicial.

Em junho de 2025, o Tribunal decidiu que o artigo 19 do Marco Civil da Internet (MCI) é parcialmente inconstitucional. Esse artigo impede a responsabi-

lização civil das plataformas por danos causados por conteúdos dos usuários, exceto quando a empresa descumpra uma ordem judicial de remoção.

Com a decisão, o artigo 19 continua valendo apenas para crimes contra a honra (injúria, calúnia e difamação). Nesses casos, a retirada do conteúdo depende de decisão judicial.

Para os demais ilícitos, passa a prevalecer a lógica do artigo 21: o conteúdo deve ser removido após notificação do usuário, sem necessidade de ordem judicial prévia. Esse artigo já funcionava como exceção ao artigo 19 em situações específicas, como violações de direitos autorais e divulgação de nudez sem autorização.

Entre as autoras dos recursos estão o Google e o Facebook. As duas empresas pedem que o

Supremo esclareça a partir de quando a decisão começa a valer, já que o acórdão se limita a dizer que os efeitos se aplicam ao futuro. "Isso deixa em aberto questões fundamentais sobre sua aplicabilidade a situações pretéritas já discutidas em processos em curso", alega o Facebook.

O julgamento dos recursos foi liberado pelo relator, Dias Toffoli, no mesmo dia em que o governo editou decreto para alterar a regulamentação do Marco Civil da Internet (MCI), contemplando a decisão do Supremo. A sentença, porém, ainda não transitou em julgado - o que causou críticas das big techs aos decretos, como mostrou Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado. O trânsito em julgado acontece depois do esgotamento dos recursos.

Produtora do filme 'Dark Horse' é alvo da Polícia Civil

/ INVESTIGAÇÃO

A Polícia Civil de São Paulo realizou ontem uma operação na sede da Go UP Entertainment - produtora do filme "Dark Horse", sobre Jair Bolsonaro (PL) -, em um endereço da dona da produtora, Karina Ferreira da Gama, na sede da Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia e também em uma entidade presidida por Karina, o Instituto Conhecer Brasil (ICB).

A operação, autorizada pela Vara de Garantias do Tribunal de Justiça de São Paulo, decorre de investigação da polícia sobre um contrato entre o ICB e a gestão Ricardo Nunes (MDB) na Prefeitura de São Paulo para o fornecimento de Wi-Fi gratuito.

A reportagem procurou a Prefeitura e tentou localizar Karina para comentar o caso, sem retorno.

A investigação apura superfaturamento do contrato e desvio de recursos da prefeitura para empresas de Karina. Uma das hipóteses é que o dinheiro da prefeitura tenha parado na produtora do filme.

Policiais estiveram na casa de Karina, na Vila Brasilândia, Zona Norte da cidade. Conforme a Folha de S.Paulo informou no último dia 28, a polícia havia requerido à Justiça acesso a dados financeiros de

Karina e da produtora no âmbito das investigações.

Na ocasião, Nunes disse em nota que "não identificou nenhuma irregularidade nos serviços prestados" pelo instituto até o momento e que, se for identificada alguma pela investigação, "as providências serão tomadas".

Anteriormente, Karina negou que o filme sobre Bolsonaro tenha recebido dinheiro de pessoas ou empresas brasileiras, seja verba pública ou privada, e disse que a contratação pela Prefeitura de São Paulo se deu de maneira regular, sem ligação com "Dark Horse" (azarão, em inglês).

"Dark Horse" trata da trajetória de Jair Bolsonaro, com des-

taque para a facada sofrida em 2018. O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à Presidência, pediu recursos para financiamento da longa-metragem a Daniel Vorcaro, do Banco Master. Ele nega irregularidades e diz ter sido um pedido sem o envolvimento de recursos públicos. Karina é dona da Go UP Entertainment, empresa responsável pela produção do filme.

O portal The Intercept Brasil revelou que Vorcaro repassou R\$ 61 milhões para o longa-metragem. A Polícia Federal investiga se parte do dinheiro foi usado para financiar gastos do ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) nos Estados Unidos.



Polícia de São Paulo fez buscas na sede da produtora e casa da proprietária



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Idosos entre o medo e o abandono

AGÊNCIA SENADO/DIVULGAÇÃO/JC

O Brasil está envelhecendo rapidamente, mas o País ainda parece caminhar devagar quando o assunto é garantir dignidade para quem chegou à terceira idade. O senador gaúcho Paulo Paim (PT, foto) comenta a nova pesquisa nacional sobre a saúde das pessoas idosas, conduzida pela Fiocruz Minas e pela UFMG. O estudo escancara um problema que vai muito além da saúde pública. Revela um retrato duro do abandono urbano, da insegurança e da fragilidade social enfrentada diariamente por milhões de brasileiros.



Prisão silenciosa

Os números impressionam. Quase metade dos idosos que vivem em áreas urbanas teme cair por causa das más condições das calçadas, ruas e passeios públicos. Parece um detalhe simples, mas não é. Um tombo para um idoso pode representar internações longas, perda de mobilidade, dependência permanente e até morte.

Vizinhanças violentas

A pesquisa também mostra que mais de 12% dos idosos consideram suas vizinhanças violentas e inseguras. São cerca de 3 milhões de pessoas vivendo sob medo constante. A violência urbana, que já afeta toda a sociedade, torna-se ainda mais cruel para quem possui mobilidade reduzida e maior vulnerabilidade física.

SUS pilar de sustentação

Nesse cenário, o Sistema Único de Saúde aparece como verdadeiro pilar de sustentação. Dois em cada três idosos dependem exclusivamente do SUS. Já a Estratégia Saúde da Família atende cerca de 22 milhões de pessoas idosas. São números que desmontam discursos fáceis contra a saúde pública brasileira. Sem o SUS, milhões ficariam desassistidos.

Sinal de alerta nacional

No Congresso Nacional, poucos parlamentares mantêm uma atuação histórica tão ligada à defesa da população idosa quanto o senador Paulo Paim. Reconhecido como um dos congressistas com maior número de projetos aprovados em defesa dos aposentados e idosos, Paim avalia que a pesquisa funciona como um sinal de alerta nacional.

Não basta viver mais

"Não basta viver mais; é preciso viver com dignidade, segurança e qualidade de vida. É preocupante saber que milhões de idosos convivem com o medo da violência, com calçadas e vias públicas sem condições adequadas e, muitas vezes, sem uma rede de apoio para as atividades mais básicas do dia a dia", afirmou Paulo Paim.

Estatuto da pessoa idosa

O senador lembra que o Estatuto da Pessoa Idosa já garante direitos fundamentais, como mobilidade, segurança, saúde e convivência comunitária. O problema é que muitos desses direitos continuam existindo apenas no papel. "Envelhecer com dignidade deve ser um direito de todos, e não um privilégio de poucos", reforçou Paim.

População que cresce rapidamente

O estudo deixa claro que o debate sobre envelhecimento não pode mais ser tratado como pauta secundária. O Brasil precisa adaptar cidades, fortalecer políticas públicas, investir em acessibilidade, ampliar redes de apoio e preparar profissionais para cuidar de uma população que cresce rapidamente. Afinal, a forma como um país trata seus idosos revela muito sobre o seu próprio futuro.